

**Fátima Santos**

---

**De:** Bruno Ribeiro Tavares <Bruno.RibeiroTavares@ar.parlamento.pt>  
**Enviado:** 29 de maio de 2018 13:58  
**Para:** Assuntos Parlamentares  
**Cc:** Iniciativa legislativa  
**Assunto:** Projeto de Lei n.º 890/XIII/3.ª (PSD/PS)  
**Anexos:** pjl890-XIII.doc

**Importância:** Alta

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete de

Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Encarrega-me a Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dra. Maria José Ribeiro, de, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República, enviar cópia da iniciativa infra, para emissão de parecer no prazo de 20 dias, nos termos da Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, e do n.º 4 do artigo 118.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores:

**Projeto de Lei n.º 890/XIII/3.ª (PSD/PS)**  
*Cria a Comissão Independente para a Descentralização*

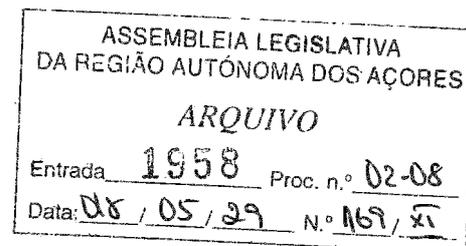
O processo da iniciativa pode ser consultado em  
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=42689>.

Com os meus melhores cumprimentos,



**Bruno Ribeiro Tavares**  
Assessor do Presidente da Assembleia da República  
*Advisor to the President of the Assembly of the Republic*

Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa  
Portugal  
T. + 351 213 919 267



## **PROJECTO DE LEI Nº 890/XIII/3ª**

### **Cria a Comissão Independente para a Descentralização**

#### **Exposição de motivos**

O processo de descentralização e de delimitação das funções e competências dos vários níveis do Estado é, em substância, um dos pilares estruturantes de uma verdadeira reforma da organização e gestão do Estado que exige uma mobilização da vontade da grande maioria dos cidadãos e das instituições que os representam.

Portugal é identificado como um dos países da União Europeia com um perfil mais centralizado e centralizador. Todas as entidades auscultadas na Assembleia da República a propósito do processo de descentralização o reconheceram. Isso compromete o processo de desenvolvimento equilibrado dos vários territórios, cristaliza desigualdades, distancia-nos dos mais progressivos e socialmente justos da União Europeia.

A Declaração conjunta sobre a Descentralização assinada em 18 de abril de 2018, pelo Governo e pelo PSD representa o espírito e vontade política de “reforçar a necessidade de uma maior legitimidade democrática de órgãos com maior proximidade aos cidadãos, implicando, designadamente, a reorganização dos serviços desconcentrados do Estado, garantindo a sua coerência territorial e alargando a rede de serviços públicos de proximidade”.

Ficou igualmente definido nessa Declaração Conjunta que no âmbito da Reforma da Organização Subnacional do Estado se deveria constituir uma Comissão Independente para a Descentralização.

Assim, através da presente iniciativa confere-se corpo à constituição dessa Comissão que terá mandato até julho de 2019 e que será composta por seis personalidades e um coordenador, de reconhecida competência e mérito científico, designadas pela Assembleia da República.

A sua missão consiste em proceder a uma profunda avaliação sobre a organização e funções do Estado, devendo igualmente avaliar e propor um programa de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos, assegurando coerência na presença do Estado no território, avaliando os recursos e meios próprios a transferir.

Pretende-se ainda, assegurar um programa de auscultação e debates públicos com entidades regionais, em particular as Áreas Metropolitanas, as Comunidades

Intermunicipais, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.

Os estudos a apresentar e o programa de auscultação deverão culminar com a apresentação pela Comissão Independente para a Descentralização, até julho de 2019, de anteprojetos de diplomas que serão referencial para iniciativas legislativas subsequentes que se revelem necessárias.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto e composição**

1 - A presente lei cria a Comissão Independente para a Descentralização, adiante designada por Comissão, cuja missão consiste em proceder a uma profunda avaliação independente sobre a organização e funções do Estado.

2- A Comissão deve igualmente avaliar e propor um programa de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos, assegurando coerência na presença do Estado no território.

3 – A Comissão é composta por sete especialistas de reconhecido mérito, nacionais ou internacionais, com competências no âmbito das políticas públicas e a organização e funções do Estado.

4 - Os membros da Comissão e o seu coordenador são designados pelo Presidente da Assembleia da República, ouvidos os Grupos Parlamentares.

### **Artigo 2.º**

#### **Atribuições**

1. Para o desempenho da sua missão, são conferidas à Comissão as seguintes atribuições:

- a) Promover um estudo aprofundado sobre a organização e funções do Estado, aos níveis regional, metropolitano e intermunicipal, sobre a forma de organização subnacional do Estado;
- b) Promover um programa de desconcentração da localização de entidades e serviços públicos, assegurando coerência na presença do Estado no território;
- c) Assegurar uma análise comparativa de modelos em países da União Europeia e da OCDE;
- d) Organizar e garantir um programa de auscultação e debates públicos com entidades, em particular as Áreas Metropolitanas, as Comunidades Intermunicipais, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesias.

2. O estudo referido na alínea a) do número anterior deve incluir:
  - a) A determinação dos níveis de descentralização;
  - b) A delimitação das competências próprias dos níveis subnacionais;
  - c) A avaliação dos recursos e meios, próprios e a transferir, ajustados às competências a definir e ao seu cumprimento;
  - d) A análise dos graus de eficiência dos modelos a propor e respetivas vantagens comparativas;
  - e) Um cronograma de execução referencial.
  
3. Para o desempenho da sua missão a Comissão deve contar com o apoio de instituições do ensino superior com reconhecidas competências académicas na investigação sobre as políticas públicas.

### **Artigo 3.º** **Independência**

Os membros da Comissão atuam de forma independente no desempenho das funções que lhe estão cometidas pela presente lei, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

### **Artigo 4.º** **Acesso à informação e colaboração**

1. A Comissão tem acesso a toda a informação necessária ao cumprimento da sua missão, estando todas as entidades públicas e privadas obrigadas ao fornecimento atempado de tal informação, e aos esclarecimentos e colaboração adicionais que lhes forem solicitados.
2. O acesso à informação referido no número anterior obedece às regras previstas na lei em matéria de segredo de Estado.
3. O incumprimento do dever de prestação de informação em tempo oportuno por parte das entidades referidas no n.º 1 é objeto de divulgação no relatório a que se refere o artigo 6.º

**Artigo 5.º**  
**Mandato**

O mandato da Comissão dura até 31 de julho de 2019.

**Artigo 6.º**  
**Relatórios e propostas**

1 - No final do seu mandato, a Comissão apresenta os relatórios do trabalho desenvolvido, que devem conter as recomendações e propostas que entenda pertinentes, assim como, anteprojetos de diplomas que serão referencial para iniciativas legislativas subsequentes que se revelem necessárias.

2 - Os relatórios referidos no número anterior são entregues ao Presidente da Assembleia da República, que os manda publicar em Diário da Assembleia da República, bem como procede à sua publicitação na página da Assembleia da República na Internet.

**Artigo 7.º**  
**Estatuto dos membros**

1 - Durante o seu mandato, os membros da Comissão só poderão desempenhar outras funções, públicas ou privadas, desde que as atribuições das entidades onde prestem serviço não possam objetivamente ser geradoras de conflitos de interesse com as suas funções na Comissão.

2 - As situações de impedimento dos membros da Comissão são comunicadas ao Presidente da Assembleia da República, que procede a nova designação, ouvidos os Grupos Parlamentares.

3- Os membros da Comissão não podem ser prejudicados na sua colocação, nos seus benefícios sociais ou no seu emprego permanente por virtude do desempenho do seu mandato.

4 - O desempenho do mandato de membro da Comissão conta como tempo de serviço para todos os efeitos, salvo para aqueles que pressuponham o exercício efetivo da atividade profissional.

5 - Os membros da Comissão são equiparados a dirigente superior de 1.º grau para efeitos remuneratórios.

6 - Os membros da Comissão têm direito a ajudas de custo e despesas de transporte, nos termos da lei.

**Artigo 8.º**  
**Apoio administrativo, logístico e financeiro**

O apoio administrativo, logístico e financeiro da Comissão é assegurado pelos serviços a disponibilizar pela Assembleia da República, incluindo a remuneração dos respetivos membros.

**Artigo 9.º**  
**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Os/as Deputados/as

Carlos César

Fernando Negrão

Susana Amador

António Costa Silva

Eurídice Pereira

Berta Cabral

Maria Luz Rosinha

Jorge Paulo Oliveira

Santinho Pacheco